14:16 35%

Opinião do GLOBO

São inexplicáveis os afagos de Lula à ditadura de Maduro

Não tem cabimento comparar casos do próprio petista e de oposicionista venezuelana impedida de concorrer

Dos dez países com que o Brasil faz fronteira, a Venezuela é o que mais gera dores de cabeça. Garimpeiros ilegais usam o território venezuelano para a fiscalização aumenta em terras indígenas e voltam ao brasileiro quando diminui. Grupos criminosos atuam nos quase 3 mil quilômetros de divisa, e venezuelanos têm buscado o Brasil para escapar da crise humanitária provocada pelo regime chavista. Ameaças recentes de invasão da Guiana fizeram ressurgir o espectro de um conflito armado a poucos quilômetros de Roraima e Amazonas. Por fim, brasileiros e venezuelanos ainda têm a responsabilidade de coordenar esforços pela preservação da maior floresta tropical do mundo.

Com uma agenda dessas, é compreensível que o presidente do Brasil seja obrigado a estabelecer uma relação produtiva com a liderança venezuelana, ainda que se trate de um regime autoritário. Somente com canais abertos e um ambiente de cooperação, os interesses brasileiros podem avançar. Mas isso nada tem a ver com a atitude benevolente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva perante os desmandos do ditador Nicolás Maduro. A condescendência com o regime chavista, que Lula não perde a oportunidade de expressar, contradiz sua própria biografia e ofende a memória dos brasileiros que lutaram e lutam pela democracia.

Depois de, no ano passado, receber Maduro com honras de chefe de Estado e de declarar, sobre a ditadura venezuelana, que "o conceito de democracia é relativo", Lula voltou à carga nesta semana. Insinuou que María Corina Machado, principal líder da oposição venezuelana, está "chorando" por ter sido declarada inelegível pelo Judiciário submisso a Maduro. Em seguida, ele tentou explicar o inexplicável: "Só disse a vocês que houve aqui neste país, eu fui impedido de concorrer às eleições de 2018. Em vez de ficar chorando, indiquei outro candidato que disputou as eleições".

Ora, a declaração não tem o menor cabimento. Lula não participou do pleito por uma decisão tomada pelo Judiciário independente num regime democrático. Seu substituto, Fernando Haddad, disputou num sistema eleitoral livre de fraudes, sem ser perseguido ou prejudicado pelas instituições. A prova evidente de que a situação brasileira nada tem de similar à venezuelana é Lula ter recorrido, ter sido libertado e hoje ocupar a Presidência da República. Se quisesse fazer comparação histórica, deveria ter lembrado a ditadura militar, quando foi preso de forma arbitrária e temeu pela própria vida.

Todas as instituições acadêmicas dedicadas a classificar os sistemas políticos concordam que o regime venezuelano não é democrático. No ranking de democracia de 167 países da Economist Intelligence Unit, a Venezuela ocupa a 142ª posição, pior que Cuba (135ª) e perto da China (148ª). No da Varieties of Democracy (V-Dem), está pior que a Rússia de Vladimir Putin. Na avaliação da Freedom House, está entre os países com declínio de liberdade mais dramático nos últimos dez anos.

Ao saber das declarações de Lula, María Corina reagiu: "O senhor está validando os abusos de um autocrata que viola a Constituição", afirmou. "Maduro tem medo de me confrontar porque sabe que o povo venezuelano está hoje na rua comigo." Lula, eleito por uma frente ampla para afastar a ameaça autoritária do Brasil, deveria ser mais coerente com sua biografia e suas credenciais democráticas.

Adiar critério para distinguir usuários de traficantes preserva injustiças

Julgamento no Supremo deveria ser mais ágil para cumprir objetivos da Lei Antidrogas

Ainda não foi desta vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento sobre a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, tema cuja discussão se arrasta há quase uma década. Na sessão de quarta-feira, a análise foi interrompida quando o ministro Dias Toffoli pediu vista do processo. Ele tem até 90 dias para devolver o caso, e uma nova data de julgamento terá de ser marcada pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso.

Até agora, o placar é de 5 votos a favor e 3 contra a descriminalização. A favor, votaram os ministros Barroso, Gilmar Mendes, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Rosa Weber. Manifestaram-se contra Cristiano Zanin, André Mendonça e Nunes Marques. Mesmo dentro de cada grupo, há divergências. Fachin defende que cabe ao Congresso fixar a quantidade de maconha a partir da qual alguém seria considerado traficante em vez de usuário. Mendonça tem posição semelhante, mas propõe um parâmetro provisório de 10 gramas até que o Parlamento tome uma decisão. Zanin e Nunes Marques, menos tendo votado contra a descriminalização, são favoráveis a 25 gramas. Gilmar, Barroso, Moraes e Rosa, a 60 gramas.

O tema é delicado e o consenso difícil, mas não é mais possível adiar uma decisão sobre o assunto. O Congresso, predominantemente conservador, não quer que o STF se ocupe da questão das drogas, mas tem sido omisso em relação a um vácuo na legislação atual. A Lei Antidrogas, de 2006, substituiu a prisão de usuários por advertência, prestação de serviços comunitários ou cumprimento de medida socioeducativa. Mas não deixou claro o que se entende por usuário. Daí a necessidade de estabelecer parâmetros objetivos para distingui-lo do traficante. Outro ponto importante: a legislação atual proíbe o plantio de maconha, mas diz que a União pode autorizá-lo para fins medicinais e científicos. Falta clareza sobre as circunstâncias, criando obstáculos para quem usa medicamentos baseados em canabidiol.

O intuito da Lei Antidrogas era evitar a prisão de usuários, muitas vezes com quantidades mínimas (a ação em julgamento diz respeito a um detendo flagrado com 3 gramas de maconha). Por falta de parâmetro, o efeito foi o oposto, legando ao país um encarceramento maciço. Na prática, a prisão de usuários com pequenas quantidades tem apenas fornecido mão de obra para as facções criminosas que operam e aliciam seus integrantes nos presídios.

Sem critério objetivo para distinguir usuário de traficante, cria-se uma fábrica de injustiças. Uma mesma quantidade de droga pode levar alguém para lá ou para cá, dependendo de seu perfil socioeconômico. Jovens, negros e pobres têm maior probabilidade de ir para a prisão, mesmo com quantidades mínimas de droga. Enquanto o Congresso continua omisso, é dever do STF estabelecer os parâmetros para que seja atingida a meta da Lei Antidrogas: reduzir encarceramentos injustos.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
carlos@oglobo.com.br

VERA MAGALHÃES

blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@oglobo.com.br

Lula está com um foco, e o povo com outro

Uma das piores coisas que podem acontecer a um governo é um presidente experimentado, que passou a vida sendo louvado pelo tino político e pela forma intuitiva como governa, se ver defendendo pautas e prioridades completamente desconectadas daquelas que a população considera mais importantes.

É o que parece estar acontecendo com Lula, sobretudo neste início de ano. Outro fator que agrava a situação e atrapalha a possibilidade de o governo corrigir a rota é haver poucos expoentes do entorno próximo do presidente com senioridade e coragem para dizer a ele que está errando e deveria rever o rumo.

No primeiro mandato, o círculo próximo ao petista era composto de pessoas que tinham intimidade com ele e autoridade política para confrontar algumas de suas decisões. Independentemente do que aconteceu com eles em investigações posteriores, Luiz Gushiken, José Dirceu e Antonio Palocci, entre outros, tinham cacife para confrontar as certezas sempre veementes que fizeram Lula chegar aonde chegou na política, mas nem sempre são o melhor caminho no exercício da Presidência.

O mesmo não se pode dizer do atual grupo de ministros. O único que teria peso suficiente para dizer a Lula que as coisas não vão bem seria Fernando Haddad, mas nem sempre os planos do ministro da Fazenda parecem convergir com os do presidente. Tanto é verdade que bastou a arrecadação de janeiro e fevereiro crescer — fruto de fatores que podem ser sazonais, em razão de medidas adotadas pela Fazenda no ano passado, como a taxação de *offshores* e fundos exclusivos — para o presidente esfregar as mãos e sair defendendo mais gastos, como se o problema da percepção não tão positiva da população em relação a seu governo decorresse da falta de obras, entregas de casas ou outros projetos tradicionalmente defendidos por ele.

A população não percebe o bom momento da economia e vê corrupção e segurança como principais problemas do país

As pesquisas divulgadas nesta semana pelos institutos Quaest e Atlas, se forem analisadas detalhadamente e sem negacionismo pelo governo, mostram que a população não percebe o bom momento da economia e vê a corrupção e a segurança pública como os principais problemas do Brasil.

Além disso, as recentes incursões de Lula em temas de política externa se mostraram completamente dissociadas das prioridades internas e mesmo da percepção que a maioria da população tem a respeito dos temas que ele aborda de improviso segundo um viés ideológico próprio, não submetido a crivos técnicos do Itamaraty, que parece ter virado um apêndice da influência do assessor especial Celso Amorim.

O levantamento do Atlas aponta, com larga margem de diferença para os demais, corrupção e segurança pública como temas que mais preocupam os brasileiros. Eis uma pista que deveria ser seguida para entender o mau momento da avaliação de Lula. São dois assuntos a que o petista não tem se dedicado em discursos e agendas e sobre os quais sua administração não tem nada a apresentar.

Pelo contrário: os dois debates são travados do ponto de vista ideológico e, no que concerne à corrupção, o desmonte do arcabouço de transparência, como os acordos de leniência, e a reversão de decisões judiciais a granel pela Justiça estão associados, no debate público, a uma ação coordenada com a esquerda e o governo. Simplesmente ignorar essa percepção e achar que é disseminado no conjunto da sociedade o entendimento de que todas as condenações da última década eram perseguição e uma tentativa de "criminalizar" a política é querer provar a quadratura do círculo e moldar a realidade às próprias crenças.

O mesmo que Lula faz, aliás, ao propagar aos quatro ventos a veia democrática de Nicolás Maduro e declarar uma crença, que soa infantil para alguém tão experimentado, na realização de eleições limpas no país vizinho.

Neste ano, o presidente resolveu falar a seus convertidos mais à esquerda e, aparentemente, a mais ninguém.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Miranda, Fábula Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariborn Dias Lopes - ariborn.dias@oglobo.com.br
Segundo Caderno: Marcelo Bastos - bastos@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Arte e Opinião: William Fridal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Bastos - bastos@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G.: Vera Cascão - veracascao@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Calmon Filho - mailcin@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@sob.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao mês vigente)
Leste RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais pts: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobrança de multa ou renovação da assinatura. Desconfie e qualquer contato a respeito desses temas. Fique de O GLOBO em seu jornal de vendas, acesse para verificar: www.oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5101 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5202

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4033 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5100

FSC FOR PAPER
A marca do manejo florestal responsável
Leia mais e faça parte: Carta ao FSC
CARBON FREE